

Caspar Erich Stemmer e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil*

Arno Blass¹

Rogério F. Guerra²

Universidade Federal de Santa Catarina

Origens do ensino superior no Brasil

A primeira instituição de ensino superior no Brasil foi instalada em 18 de Fevereiro de 1808, em Salvador. A instalação da corte portuguesa no Brasil impôs a criação urgente de condições básicas de conforto e bem-estar aos membros da família real, de modo que a primeira medida foi a criação dos cursos de Cirurgia e Anatomia, sob responsabilidade do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia. Dois professores foram designados para funções didáticas: Manuel José Estrela (1760) e José Soares de Castro (1772-1840). O curso basicamente repetia as lições dos livros franceses, tarefa executada pelos diligentes lentes (do latim *legente*, leitor ou aquele que lê, terminologia obsoleta que designava os professores), mas ele foi o embrião da Faculdade de Medicina, que mais tarde se transformaria na Universidade Federal da Bahia. A instalação do curso também deu origem ao primeiro periódico científico brasileiro, a *Gazeta Médica da Bahia* (1864). O periódico era administrado por Otto Wucherer (1820-73), português de ascendência alemã, John Lidgertwood Paterson (1820-83), escocês, e José Francisco da Silva Lima (1826-1910), português. Os ilustres personagens foram os precursores da famosa “Escola Tropicalista Bahiana” (SANTOS FILHO, 1947).

Os navios que compunham a frota de D. João VI (1767-1826) chegaram ao Brasil em datas variadas, mas foi em Salvador que o monarca pela primeira vez pôs os pés em solo brasileiro (24 de Janeiro de 1808); uma Carta Régia logo estabeleceu a abertura dos portos ao comércio internacional (28 de Janeiro). Os nativos comemoraram intensamente o evento e o frenesi bajulatório se repetiu no Rio de Janeiro, quando lá chegaram os navios com a família real (POMBO, 1942; CRULS, 1965).

*Caspar Erich Stemmer and the scientific and technological development in Brazil

¹ Professor-Titular do Departamento de Engenharia Mecânica, Centro Tecnológico, UFSC. Membro da Academia Nacional de Engenharia (E-mail: arno.blass@gmail.com).

² Professor-Titular do Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Editor da Revista de Ciências Humanas (E-mail: rfguerra@cfh.ufsc.br).

Os baianos suplicaram ao monarca para que fixasse a sede do governo em Salvador, mas a família real permaneceu menos de um mês naquela cidade.

A frota real era composta por quase 40 navios, escoltada por um formidável brigue de guerra (o “Voador”). O embarque em Lisboa foi um verdadeiro “salve-se quem puder”, pois foram acomodados às pressas entre 15 e 20 mil passageiros – não vieram mais, por absoluta falta de condições. A pequena província do Rio de Janeiro tinha menos que 60 mil habitantes, muitos deles escravos e “gente de cor” que viviam em cortiços ou amontoados em extrema promiscuidade. O repentino acréscimo de habitantes ocasionou um déficit de moradias, de modo que muitos moradores foram desalojados de suas casas para abrigar os fidalgos. O governo selecionava as casas e dava alguns dias para que os proprietários pudessem “arrumar as trouxas”, cedendo quase gratuitamente suas moradias. Um cartaz com as iniciais P.R. (Príncipe Regente) era afixado na porta da casa selecionada, mas o espírito galhofeiro dos cariocas dava outro significado: “Ponha-se na Rua” (CRULS, 1965). As desapropriações geraram protestos, mas elas impulsionaram a construção civil e a criação de escolas de engenharia.

A família real promove profundas mudanças na pequena província do Rio de Janeiro. Com efeito, D. João VI toma as devidas providências para a instalação do curso de Anatomia e Cirurgia (2 de Abril de 1808), designando para as funções didáticas os cirurgiões Joaquim da Rocha Mazarém (1775-1849) e Joaquim José Marques (1765-1841). Outras deliberações do monarca permitiram a criação da Imprensa Regia (13 de Maio de 1808), mais tarde designada Tipografia Nacional e Imprensa Nacional – algo semelhante já havia sido criado pelo Capitão-General Gomes de Andrade (1747), no Rio de Janeiro, mas as autoridades de Lisboa determinaram o fechamento do estabelecimento (ver BARÃO DO RIO BRANCO, 1999). A publicação do primeiro jornal veio a seguir: “A Gazeta do Rio de Janeiro” (10 de Setembro de 1808). Foram criados posteriormente o Real Jardim Botânico (1811) e o Museu Nacional (1818).

O Brasil vivia até então isolado do mundo e a instalação da corte de D. João VI trouxe alguns ventos de progresso. Por volta de Novembro de 1807, Lisboa estava quase cercada pelas tropas de Napoleão e não restava ao então príncipe regente outra alternativa, senão buscar refúgio no Brasil. O país se beneficiou enormemente com a vinda de D. João VI, mas até então a corte portuguesa fez o máximo possível para impedir o comércio com outras nações e o florescimento das idéias no Brasil.

A Europa vivia um momento de grande turbulência política e os ideais de liberdade inspiraram a independência dos EUA (1775-83). Por outro lado, por muito tempo perduraram medidas que combatiam os movimentos de emancipação política, edição de livros e criação de jornais no Brasil (DE AZEVEDO, 1950; STEPAN, 1981).

A cidade do Rio de Janeiro foi beneficiada com a instalação de instituições científicas, mas a criação de uma verdadeira universidade só ocorreu em 1934. Trata-se da Universidade de São Paulo, a USP. A Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), criada em 1922, surgiu a partir da aglutinação de escolas já existentes e não tinha uma estrutura funcional que caracterizasse uma genuína instituição universitária, o que levou alguns estudiosos a postularem que isso somente ocorreu com a criação da USP (ver DE AZEVEDO, 1950; CASTRO, 1985). Outros países do continente americano instalaram suas universidades muito antes, como o Peru (Universidade de São Marcos, 1551), México (Universidade Nacional Autónoma, 1551) e EUA (Universidade de Harvard, 1636); nossos vizinhos argentinos criaram a sua primeira instituição em 1613 (Universidade Nacional de Córdoba).

No plano dos direitos civis, nós fomos um dos últimos países a abolir a escravatura (13 de Maio de 1888); o governo imperial de D. Pedro II, representado pela Princesa Isabel, só aceitou a libertação dos negros devido a pressões internacionais e aos movimentos de uma elite intelectual mais esclarecida. A industrialização também foi um elemento importante, pois, do ponto de vista econômico, cada vez mais se tornava menos atraente a exploração do trabalho braçal. Novas máquinas substituíam a força muscular e, ao mesmo tempo, surgiam os operários especializados.

Em 2008 é comemorado o bicentenário da instalação da corte de D. João VI no Brasil. As imagens veiculadas na TV mostram que o evento foi auspicioso sob vários aspectos, mas o progresso do país era inevitável e o monarca só abriu as portas para o mundo por simples conveniência. Ele estava fugindo do cerco das tropas de Napoleão, e, não fosse isso, o isolamento do país e o atraso intelectual do nosso povo seriam postergados ainda mais. Não obstante, os especialistas postulam que o monarca deixou como herança um sistema tributário ineficiente e uma estrutura administrativa emperrada e excessivamente centralizada, cujos efeitos negativos se manifestam até os dias atuais. Os ideais de liberdade e a insatisfação do povo diante das arbitrariedades do governo português alimentavam o desejo de independência do país.

O progresso do Brasil não foi resultante dos desejos de D. João VI, pois muitas de suas ações foram movidas por simples conveniência ou foram resultantes de pressões internacionais.

As escolas de engenharia no Brasil

As escolas de engenharia foram inicialmente criadas para atender aos objetivos militares, não civis ou acadêmicos. Curiosamente, a palavra “engenheiro” começou a ser utilizada no século 15 e servia para designar os artesãos habilidosos que construíam máquinas ou sistemas mecânicos, os quais eram utilizados pelos militares em suas campanhas (*The Oxford Dictionary of English Etymology*, 1966); esses artesãos militares tinham pleno domínio sobre construção de pontes, trincheiras e fortificações. Mais tarde, uma carta régia determinou a criação, na Bahia, da Escola de Artilharia e Arquitetura Militar (11 de Janeiro de 1699). Em 1792, D. Luiz de Castro, Vice-Rei e Conde de Rezende, assina os documentos que permitem a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho; o Brasil estava na vanguarda do conhecimento tecnológico, pois ela foi a primeira escola de Engenharia nas Américas, a terceira no mundo. Por muitos anos a Real Academia funcionou onde hoje está instalado o Museu Histórico Nacional.

A vinda da família real ao Brasil deu surgimento a outras instituições acadêmicas, pois D. João VI assina duas cartas régias autorizando a criação da Real Academia dos Guarda-Marinhas (5 de Maio de 1808, mais tarde Escola Naval) e da Real Academia Militar (4 de Dezembro de 1810, mais tarde Escola Militar). As duas instituições são aglutinadas em 1832, sendo ofertados os cursos de Matemática (4 anos), Formação de Oficiais (2 anos), Pontes e Estradas (2 anos) e Arquitetura Naval (2 anos). A aglutinação das escolas é revogada no ano seguinte (1833) e deu origem a outros desmembramentos.

O Brasil era continuamente invadido por navios de outras nações, as quais ambicionavam tomar posse de nossas riquezas, de modo que engenheiros foram designados para construir fortificações que impediam os “visitantes” indesejáveis. Os antigos engenheiros tinham conhecimentos de cartografia, mecânica, geologia, hidrodinâmica e artilharia. A Academia Real Militar foi o embrião da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro – mais tarde, ela muda de nome três vezes: Escola Nacional de Engenharia, Escola de Engenharia da UFRJ e, voltando às origens, Escola Politécnica da UFRJ.

Alguns elementos de arquitetura e engenharia eram ensinados na Academia de Belas Artes (5 de Novembro de 1826), mas as verdadeiras escolas de engenharia surgiram quase ao final do século 19: Escola Técnica do Rio de Janeiro (1874), Escola de Minas de Ouro Preto (1876) e a Escola Politécnica de São Paulo (1893). Essas escolas surgiram como uma resposta às crescentes necessidades do país e seus cursos abordavam temas como mineralogia, construção de estradas e ferrovias, saneamento básico, planejamento da produção agrícola e construção de máquinas industriais (DE AZEVEDO, 1950; VARGAS, 1979; TELLES, 1984).

A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi inaugurada em 1 de Janeiro de 1897. Seus fundadores foram João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Octaviano Müller e Lino Carneiro da Fontoura, professores da Escola Militar, mais os engenheiros civis Gregório Paiva Meira e Álvaro Nunes Pereira. Ela iniciou com o curso de Agrimensura, seguindo-se os cursos de Estradas, Hidráulica, Arquitetura e Eletro-Técnica. A inauguração foi bastante prestigiada por autoridades civis e militares, mas os idealizadores do projeto encontraram sérias dificuldades pela frente. Para contornar a falta de recursos orçamentários, um jornal da capital gaúcha publicou a seguinte nota (6 de Outubro de 1896): “Sob o patrocínio d’A Federação acha-se no escritório d’esta redação uma lista para colher óbulos em favor da Escola Livre de Engenharia que vai ser fundada nesta capital. Apelamos mais uma vez para os sentimentos generosos do povo riograndense, em prol da generosa e utilitária instituição” (CORSO, 1987; p. 11). O vocábulo “óbolo” (grafado incorretamente), praticamente extinto do vocabulário moderno, significa esmola ou doativo feito aos pobres.

Os militares deram importante contribuição para o ensino de engenharia, mas os propósitos eram diferentes das escolas civis. Com efeito, elas davam ênfase ao ensino de topografia, geodésia, astronomia de posição (Exército) ou ensino de elementos de hidrografia, oceanografia, náutica e construção naval (Marinha). Em 1928 é criada a Escola de Engenharia, a qual logo se transforma em Escola Técnica do Exército (1934); foi na ETE que surgiram os primeiros cursos de Engenharia Aeronáutica (1939), Engenharia Metalúrgica (1947), Engenharia de Automóveis (1949) e Engenharia Eletrônica (1950). O crescimento da instituição foi marcante, pois em 1934 ela já tinha novo nome: Instituto Militar de Engenharia, ou IME.

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) surgiu em 1947, subordinado ao Centro Técnico da Aeronáutica (CTA). Ele foi instalado na cidade de São José dos Campos/SP e oferecia cursos de Eletrônica e Mecânica para civis e militares. A partir de 1950, passa a oferecer o Curso de Engenharia Aeronáutica, transferido da antiga Escola Técnica do Exército. Em 1951 foi introduzido o curso de Engenharia Eletrônica. Posteriormente viriam a ser criados os cursos de Engenharia Mecânica-Aeronáutica, de Infra-estrutura Aeronáutica e de Computação. Além da formação acadêmica, os estrategistas militares tinham os olhos voltados para o futuro da aviação civil e a criação do ITA foi o instrumental necessário para a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). A Marinha criou, em convênio com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o curso de Engenharia Naval (1955); mais tarde, a experiência é repetida num convênio com a UFRJ (1959).

A engenharia naval tem uma história mais antiga de todas as escolas militares, pois os portugueses eram exímios navegadores e necessitavam de embarcações resistentes para vistoriar as costas do Brasil. Logo no início da colonização, eles perceberam as vantagens de construir seus navios em nossas terras, pois dispunham de mão-de-obra farta e madeira de tipos variados. Documentos antigos mostram que dois bergantins foram construídos já em 1531, no Rio de Janeiro. Contudo, três foram os marcos decisivos da engenharia naval no Brasil. O primeiro foi a construção, por ordem de Salvador Correa de Sá, entre 1659 e 1663, do galeão “Padre Eterno”, tido como o maior navio de guerra de seu tempo; ele tinha 53 metros de comprimento, com 2000 toneladas e capacidade para acomodar 144 canhões. A embarcação foi inteiramente construída na Ilha do Governador, local que se tornou conhecido como Ponta do Galeão (ver TELLES, 1984; BARKER, 1998). Além do tamanho avantajado, o Padre Eterno impressionava pela sua leveza, resistência e facilidade de manobra. Outros dois marcos importantes da indústria naval: fundação do Arsenal da Marinha da Bahia (final do século 16) e do Rio de Janeiro (19 de Outubro de 1763). O primeiro foi criado no governo de Francisco de Souza e era inicialmente conhecido como “Ribeira das Naus”; lá foram construídos os primeiros grandes navios de guerra.

O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro começou a entrar em declínio por volta de 1890, mas teve papel destacado no aparelhamento da nascente Marinha Brasileira. Durante a administração de Juscelino Kubitschek,

houve uma tentativa bem sucedida de revigorar o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, mas a indústria naval entra em colapso a partir de 1979 e o declínio perdura até os dias atuais.

Os antigos construtores navais eram habilidosos e um curioso episódio revela o grau de especialização. Por ocasião da comemoração dos 500 anos da descoberta do Brasil, as autoridades resolveram construir uma réplica da nau capitânia de Pedro Álvares Cabral (c. 1467-c. 1520). Os detalhes técnicos das embarcações foram obtidos em documentos e desenhos detalhados da época, o que permitiu a construção de uma réplica do navio. A construção impressionou a todos por sua beleza, mas os engenheiros e os modernos recursos tecnológicos não foram suficientes para realizar aquilo que é fundamental num navio: navegar. A nau capitânia deveria visitar toda a costa do Brasil, mas o empreendimento foi um completo fiasco. É claro que a moderna engenharia naval logo chegaria a uma solução para os problemas, mas o empreendimento exigiria alguns estudos adicionais. O inusitado episódio revela que os antigos construtores detinham um sofisticado conhecimento sobre cálculos matemáticos, hidrodinâmica e arquitetura naval.

As escolas de engenharia em Santa Catarina

As escolas de engenharia em Santa Catarina têm uma história tardia e atribulada. No início do século passado, houve uma deliberação governamental para instalação da Faculdade Livre de Farmácia e Obstetrícia (Lei 839, 2 de Outubro de 1909), mas a proposta não foi materializada (ROSA & MADEIRA, 1978). Os motivos para o fracasso não são claros, mas provavelmente ele resultou de dois fatores: insuficiência de recursos e falta de homens empreendedores para levarem adiante a implantação da escola. Florianópolis, onde ela seria instalada, era uma cidade com baixa densidade populacional e, desse modo, o número bastante reduzido de alunos egressos das escolas secundárias também contribuiu para o insucesso do empreendimento.

A idéia de implantação de uma instituição de ensino superior não foi abandonada, mas só foi efetivada com a criação do Instituto Polytechnico (13 de Março de 1917). A instituição era particular, mas o Governador Felipe Schmidt (1860-1930) criou uma lei reconhecendo-a formalmente (Lei 1169, 1 de Outubro de 1917). A lei concedia o status de personalidade jurídica e permitia que o Governo Estadual concedesse um auxílio anual de seis contos de réis – uma compensação para as matrículas de alunos pobres,

preferencialmente órfãos de pai, e que porventura tivessem aptidão intelectual para estudos superiores.

O Instituto Polytechnico foi beneficiado com recursos previstos em lei, mas o mais importante foi o reconhecimento oficial da instituição e o acesso de alunos pobres ao ensino superior. O Governo do Estado indicava até seis alunos, sinalizando que os recursos constituíam uma espécie de fundo para concessão de bolsas de estudo, algo bastante inovador para a época. No ano seguinte, o Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz (1860-1924), Vice-Governador em exercício, confere outros instrumentos legais ao Instituto Polytechnico, como a exclusividade na validação de diplomas emitidos por outros estados e certificados de habilitação para o exercício profissional (Lei 1225, 28 de Outubro de 1918). Tais instrumentos permitiam a validação de diplomas de profissionais estrangeiros e, ao mesmo tempo, combatiam o charlatanismo que vicejava entre os boticários e dentistas. O reconhecimento do Governo Federal veio com um decreto assinado por Estácio de Albuquerque Coimbra (1872-1937), presidente do Senado Federal (Decreto 4763, 13 de Dezembro de 1923).

O Instituto Polytechnico oferecia os cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio e Agrimensura. O último tinha duração de dois anos letivos e o currículo envolvia sete disciplinas. No primeiro ano, os alunos cursavam 1) Aritmética, 2) Álgebra, 3) Geometria e trigonometria (retilínea e esférica), 4) Química e 5) Física e desenho (linear e de aquarela). No ano seguinte, eles freqüentavam as disciplinas 6) Topografia e noções de geodésia e astronomia e 7) Estatística. Os alunos também tinham aulas sobre direito administrativo e legislação de terras e passavam por exercícios práticos de topografia, geodésia e astronomia. Por volta de 1924 (não se sabe exatamente quando), os cursos oferecidos pelo Instituto Polytechnico passam por grandes reformulações. Com efeito, os alunos que completavam os dois anos do curso de Agrimensura recebiam o diploma de Agrimensor, mas eles tinham a opção de complementar com mais um ano de estudos para ganharem o título de Engenheiro Geógrafo. A nova estrutura curricular envolvia aulas práticas de desenho de aguada, topografia e construção de cartas geodésicas e geográficas. De acordo com Rosa e Madeira (1978), as dez disciplinas foram distribuídas da seguinte forma:

1º ano

- Geometria, álgebra e trigonometria
- Física experimental e meteorologia
- Química inorgânica, analítica e descritiva

2º ano

- Geometria analítica e cálculo infinitesimal
- Topografia, medição e legislação de terras. Princípios gerais de colonização
- Geometria descritiva e suas aplicações às sombras e perspectiva

3º ano

- Trigonometria esférica. Astronomia teórica e prática. Geodésia
- Mecânica racional e cálculo das variações
- Economia política. Direito Administrativo e Estatística
- Mineralogia e noções de metalurgia

O ensino era ministrado por lentes catedráticos e lentes substitutos; os primeiros detinham cargos vitalícios e só eram demitidos em casos extremos. Ocasionalmente lentes honorários (pessoas de idoneidade reconhecida pela Congregação) ministravam cursos particulares nas instalações do Instituto Polytechnico. Desde a sua fundação até 1932, ano em que colou grau a última turma do curso de Odontologia, as aulas eram ministradas no centro de Florianópolis. Crises internas, dificuldades na contratação de pessoal mais qualificado (os salários eram baixos e os professores viam o ensino mais como uma atividade secundária) e, mais importante, o número reduzido de candidatos explicam o gradativo insucesso do empreendimento – o curso de Odontologia, o mais procurado, teve apenas sete alunos matriculados na primeira turma, dos quais apenas quatro chegaram ao final da formação. De modo geral, a qualidade do ensino era inferior aos padrões nacionais.

O malogro na materialização da Faculdade Livre de Farmácia e Obstetrícia (1909) e o desaparecimento do Instituto Polytechnico (1932) não significaram o dispêndio inútil de energia intelectual de seus idealizadores, uma vez que esses empreendimentos inspiraram a instalação da Faculdade de Direito (1932), Faculdade de Economia (1942) e Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina (1948). Infelizmente,

a instalação de um curso de engenharia só surgiu muitos anos depois e veio no ventre da proposta de criação de uma universidade, idealizada por Henrique da Silva Fontes (1885-1966) e João David Ferreira Lima (1910-2001).

A Escola de Engenharia Industrial é a origem do atual Centro Tecnológico, importante unidade da nossa instituição. A implantação do curso de Engenharia Mecânica surgiu praticamente no vácuo e o sucesso do empreendimento muito se deve ao Prof. Caspar Erich Stemmer. Muitas informações históricas sobre a UFSC e a vida de seus mais ilustres pioneiros foram examinadas em outras obras (ver LIMA, 2000; BLASS, 2002), mas é o próprio homenageado quem relata suas impressões sobre o desenvolvimento tecnológico em Santa Catarina.

Quem é o prof. Stemmer?

Trata-se de um importante personagem da história da Universidade Federal de Santa Catarina, reconhecido por seu dinamismo administrativo durante o período em que foi Reitor da instituição (1976-80). O seu prestígio escapa às fronteiras do nosso estado, pois seu nome está intimamente associado ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Com efeito, ele, ainda na UFSC, foi diretor da Escola de Engenharia Industrial e do Centro Tecnológico (CTC) e Chefe do Departamento de Engenharia Mecânica. Ele desempenhou importantes funções nos governos estadual e federal, assim como atuou nos organismos associados ao exercício da profissão. Em razão de sua notável contribuição ao conhecimento científico e tecnológico, o ilustre personagem recebeu o título de professor honorário da Universidade Autônoma de Guadalajara (México, Março/1977); por suas contribuições ao ensino, ele foi laureado com o cobiçado prêmio “Anísio Teixeira” (CAPES/1986).

O Prof. Stemmer se graduou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Engenharia Mecânica, Elétrica e Civil, 1953) e, após um período numa empresa privada e uma temporada estudando na Universidade de Aachen, na Alemanha, foi convidado a iniciar-se na docência em sua antiga escola (UFRGS). Algum tempo depois, atendendo a um convite da nossa instituição, ele passou a colaborar na implantação da Escola de Engenharia Industrial da UFSC. O relacionamento teve início em 1 de Março de 1964 e foi interrompido com a sua aposentadoria,

em 1998 – ato puramente formal, pois Stemmer nunca cessou de colaborar para o engrandecimento da nossa instituição. Durante a sua administração, como diretor do atual Centro Tecnológico e à frente da reitoria, foram firmados vários convênios nacionais e internacionais, e a nossa instituição ganhou respeitabilidade acadêmica.



Figura 1

O prof. Stemmer em uma reunião de trabalho com seus pró-reitores.

Ele veio com a missão de implantar a Escola de Engenharia Industrial e assumiu a direção com uma postura dinâmica e inovadora que, ao longo de três mandatos, em pouco tempo chamou a atenção das autoridades e dos organismos governamentais para a nova escola que surgia em Florianópolis. Stemmer começou a visitar as empresas, sempre estimulando a cooperação entre o empresariado e a UFSC. Ele mostrava os benefícios inerentes à contratação de engenheiros e, ao mesmo tempo, enfatizava o papel das indústrias para a formação acadêmica desses profissionais. Suas ações ampliaram as vagas de estágios e tiveram impacto positivo na modernização do pólo industrial catarinense. Em busca de apoio aos seus projetos, Stemmer visitava órgãos governamentais e agências de apoio à pesquisa,

nacionais e internacionais, e foi bem sucedido em muitos casos. O seu dinamismo resultou em inovações importantes, tais como:

- Implantação do estágio obrigatório nos cursos de graduação;
- Implantação de preleções de caráter cultural e humanístico, visando uma formação mais abrangente aos futuros engenheiros;
- Sistematização do intercâmbio com as indústrias, visando o aumento das vagas para estágios, conscientização do empresariado acerca das vantagens de terem engenheiros em seus quadros e treinamento dos alunos no enfrentamento de problemas não triviais em engenharia;
- Estímulo aos jovens docentes a buscarem a pós-graduação, numa época em que não existia exigência formal para tal e quando muitos sequer tinham idéia do que ela significava;
- Implantação do estágio probatório de dois anos para os docentes, ficando condicionada a contratação definitiva à aprovação em provas de recondução e desempenho no biênio;
- Contratação preferencial de professores num sistema de duplo contrato de trabalho, embrião do atual regime de Dedicção Exclusiva;
- Descentralização do vestibular dos cursos da Escola de Engenharia Industrial. Os exames eram realizados em diferentes cidades do estado de Santa Catarina; a descentralização foi extinta com a Reforma Universitária (1970), mas foi re-implantada em todos os cursos de graduação quando Stemmer assumiu a Reitoria da UFSC (1976);
- Implantação dos cursos de graduação em Engenharia Elétrica e Civil, atendendo aos anseios da comunidade;
- Criação da Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina (FEESC);
- Criação dos primeiros cursos de pós-graduação na UFSC: mestrados em Engenharia Mecânica, Elétrica e de Produção.

Após um interregno de dois anos como coordenador do Programa de Expansão e Melhoramento das Instituições do Ensino Superior (PRE-MESU), do Ministério da Educação, em Brasília, Stemmer retorna a Florianópolis para assumir a Reitoria da UFSC (1976). Ele desencadeou, de imediato, um vasto programa de ações visando a consolidação

do campus na Trindade, que envolvia desde a criação de serviços de limpeza e vigilância patrimonial até negociações com os proprietários de áreas adjacentes ao campus, visando regularizar o intrincado contorno e áreas em litígio. Também foram realizadas negociações com o Exército Brasileiro para resolver os problemas decorrentes do compartilhamento da antiga Chácara do Molenda, no centro da cidade. O local abrigava a Imprensa Universitária, mas parte do terreno fora cedida ao Comando do Grupamento do Leste Catarinense (atual 14ª Brigada de Infantaria Motorizada).

A convivência não era harmônica, pois as duas instituições eram bem diferentes e o sistema de controle implantado pelos militares restringia a operacionalidade da Imprensa Universitária. Após uma série de negociações, a União compra o imóvel da UFSC (10 de Janeiro de 1977) e o transfere integralmente para o Exército Brasileiro (jornal “A Notícia”, 7 de Outubro de 2003). A UFSC é ressarcida pela desapropriação e os recursos são utilizados para aglutinar no Campus Universitário as unidades da UFSC que se encontravam espalhadas pela cidade. Foi desencadeado um amplo programa de melhorias na infra-estrutura, como ajardinamentos, canalização dos córregos, estacionamentos e criação de redes hidráulica, elétrica e telefônica. Durante esse período áureo, a Imprensa Universitária foi transferida para o campus na Trindade, o Restaurante Universitário foi ampliado, atendendo ao aumento do número de alunos, foi construído o Centro de Convivência e Educação Continuada e foram retomadas as obras que deram origem ao Hospital Universitário (a construção estava paralisada havia vários anos).

Os tempos do prof. Stemmer

O período em que ele atuou como diretor do Centro Tecnológico e reitor da UFSC foi marcado por grandes mudanças e uma nova forma de administração. Com efeito, surgiram novos cursos de graduação, o que resultou num espantoso aumento do número de vagas ofertadas à comunidade. Foi graças a seu espírito empreendedor que surgiram os cursos de Arquitetura, Ciência da Computação, Engenharia Sanitária, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Jornalismo, Nutrição, Psicologia e Secretariado, além dos cursos noturnos em Ciências Sociais e Filosofia.

O dinâmico reitor dedicou um interesse genuíno pelos colégios agrícolas, que visitava com regularidade: ampliou-lhes as vagas em 40%, adquiriu tratores e implementos agrícolas, construiu dormitórios para os alunos e apoiou desenvolvimentos específicos. Ao trazer o Colégio de Aplicação para o campus, ele reforçou sua função como laboratório experimental junto ao Centro de Educação; foram implantados os serviços de atendimento aos alunos (serviço social, supervisão escolar e orientação vocacional). A creche também foi instalada nos “tempos do prof. Stemmer”, de modo que a UFSC passou a atuar em todos os níveis de ensino – do maternal ao doutorado!

Na pós-graduação, consoante orientação do MEC à época, sua ação foi mais no sentido de assegurar a consolidação que a expansão da base existente. Apenas os mestrados em Administração e Ciências Sociais foram criados (1978), assim como o doutorado em Engenharia Mecânica (1980, o primeiro da UFSC). Através da criação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, porém, foi montada uma estrutura que permitia um melhor acompanhamento das atividades de pós-graduação, com a rápida identificação dos problemas e busca das soluções. À medida que evoluía o programa de obras, as condições de instalação dos cursos foram paulatinamente melhoradas, sendo estabelecidas condições para a implantação de laboratórios. A agressiva política de formação de recursos humanos implantada na administração de Ferreira Lima foi, é claro, mantida em seu nível mais amplo. O prof. Stemmer estimulou fortemente a contratação de professores em regime de dedicação exclusiva ou em tempo integral.

A Biblioteca Central foi construída na administração anterior, mas coube ao prof. Stemmer a tarefa de torná-la operacional. Para tanto foram contratados funcionários especializados, livros e periódicos foram comprados e promoveu-se a racionalização de seu funcionamento. Com o apoio da Universidade de Virginia (EUA), foi ali instalado o Núcleo de Apoio Instrucional (NAI). No Núcleo de Processamento de Dados (NPD), o velho computador IBM 1130 foi substituído pelo IBM 360/40, com maior velocidade de operação. A fim de atender às necessidades das equipes de pesquisa, assim como proporcionar apoio logístico para a elaboração de projetos, foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitárias (FAPEU). Finalmente, já ao apagar das luzes de sua gestão, Stemmer inaugurou o Hospital Universitário (com as contratações e aquisições que se fizeram necessárias).

Já em agosto de 1976 começou a circular o *Jornal Universitário*, independente e destinado à divulgação do cotidiano da universidade; ele tinha doze páginas por edição, com tiragem de 4000 exemplares. Em 1979, após ingentes esforços, um velho pleito da comunidade universitária viria a se tornar realidade: um convênio firmado com o Ministério da Marinha e o IPHAN conferiu à UFSC a tutela e a responsabilidade de preservação da Ilha de Anhatomirim. A novidade permitiu a instalação de uma base de pesquisas oceanográficas, ecologia marinha e deu surgimento a empreendimentos importantes.

Após deixar a Reitoria, Stemmer ainda exerceria importantes funções, antes de se aposentar. No governo do estado de Santa Catarina foi assessor especial da Secretaria dos Transportes (1988) e secretário executivo do Conselho das Entidades Promotoras do Pólo Tecnológico da Grande Florianópolis (Tecnópolis, 1990-92). No biênio seguinte, voltou à UFSC como chefe do Departamento de Engenharia Mecânica. No governo federal, além de ter integrado de 1985 a 1990, a Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro (Decreto 91.606, 2 de Setembro de 1985), ele também foi membro do Grupo Especial de Acompanhamento (GEA), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT). Este programa representava o esforço conjunto dos ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio, e tinha por função a administração dos empréstimos provenientes do Banco Mundial. Em 1989, o Prof. Stemmer é designado secretário executivo do PADCT e tem oportunidade de participar intensamente das negociações de novos empréstimos (PADCT-2, 1990).

Stemmer dirigiu por algum tempo a Coordenação de Programas da Secretaria de Ciência e Tecnologia (1990, na administração Fernando Collor de Mello). Com a posse de Fernando Henrique Cardoso em 1994, foi novamente convocado a Brasília, inicialmente como secretário executivo do MCT, reassumindo no ano seguinte a Secretaria de Coordenação de Programas, em que já atuara em 1990. Em três ocasiões ele foi ministro interino.

O reconhecimento interno permitiu que lhe fosse outorgado o título de Professor Emérito (Novembro de 1999). No plano externo, o reconhecimento é maior ainda, pois o ilustre personagem foi três vezes condecorado pelo Governo Federal: Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico (Presidência da República, Junho de 1995), Oficial da Ordem do Mérito Naval (Marinha do Brasil, Maio de 1996) e Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico (Presidência da República, Agosto de 2002).

Vale a pena mencionar ainda o reconhecimento de outras instituições, como o recebimento da Medalha da Inconfidência (Governo do Estado de Minas Gerais, 1976), Medalha do Mérito Universitário – Grau Grande Conselheiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Março, 1979), Medalha “Andrés Bello” (Universidade do Chile, Junho de 1979), Medalha da Ordem do Rio Branco – Grau Comendador (Ministério das Relações Exteriores, Maio de 1987) e Medalha do Sexagésimo Aniversário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Junho de 2001). Gaúcho de nascimento e catarinense de “coração”, a Câmara Municipal de Florianópolis/SC o homenageou com o título de “Cidadão Honorário” (Março de 1999); a Câmara Municipal de Santarém/PA lhe concedeu um título parecido (Maio de 1979). Desde 1992 é membro da Academia Nacional de Engenharia.



Figura 2

Caspar Erich e Helena Stemmer recebem os cumprimentos na XXIV Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB, 27 a 29 de Janeiro de 1977). Presente no evento o vice-governador Marcos Henrique Büechler (o quarto, a partir da esquerda).

Alguns comentários da Profa. Regina Carvalho, do Departamento de Língua e Literatura Vernácula, lançam novas luzes sobre a personalidade de Stemmer. Os comentários foram enviados espontaneamente e informam duas coisas: o espírito límpido e transparente que Stemmer adotava para gerenciar os conflitos com estudantes, funcionários e professores – ele enfrentava a “turba de peito aberto”, expunha suas idéias e contra-argumentava de igual para igual. Ele descia do gabinete e dialogava com grupos enormes de alunos, mas não iludia ninguém com promessas não-factíveis. Os comentários mais interessantes da nossa colega não deixam dúvidas sobre o carinho especial que Stemmer tinha em relação às árvores e gramados que atualmente tanto embelezam o nosso campus. Num certo dia do ano 1979, informa a nossa colega, ela o encontrou ajoelhado e esvaziando os pneus de um automóvel que se encontrava estacionado sobre o gramado. O vigia surgiu repentinamente e, apavorado, perguntou: “– O que vou dizer ao dono do carro, doutor?” Stemmer tranqüilizou o bom homem, dizendo: “– Diga que foi o reitor que fez isso, porque ele não admite que estraguem o gramado!” Como prova de seu genuíno interesse pelas coisas da natureza, o nome do ilustre personagem foi imortalizado com a criação de uma nomenclatura científica: *Myrcia stemmeriana*, planta da família Myrtaceae (“Flora Ilustrada de Santa Catarina”, 1977).

Seus livros ainda são utilizados no curso de Engenharia Mecânica, especialmente “Projeto e Construção de Máquinas” (Editora Globo, 1974), “Ferramentas de Corte I” (EdUFSC, 1987) e “Ferramentas de Corte II” (EdUFSC, 1992). Homem de interesse variado e possuidor de um espírito inquieto, todos os professores lembram muito bem do período em que ele passou pela Reitoria e direção do Centro Tecnológico. Muitos o admiram, alguns vêm com reticências o seu modo de atuação, mas ninguém desconhece que a nossa instituição floresceu notavelmente durante a sua gestão. A sua influência é abrangente, não circunscrita ao ambiente tecnológico. Ao final de seu mandato como reitor, o Prof. Stemmer elaborou um longo relatório descrevendo o que ele encontrara e o que ele fizera durante o período. A leitura do documento mostra claramente que suas obras foram realizadas tendo em mente o mais elevado ideal universitário: a busca da excelência acadêmica.

Referências bibliográficas

BARÃO DO RIO BRANCO. *Efemérides brasileiras*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 1999.

BARKER, R. Sources for Lusitanian shipbuilding. *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*, September: 213-28, 1998.

BLASS, A. *Caspar Erich Stemmer – Administração, ciência e tecnologia*. Brasília: Paralelo 15 Editora e Capes, 2002.

CASTRO, C.M. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CORSO, H.V. Noventa anos da Escola de Engenharia. *Revista da Comissão da História da UFRGS*, 1(1): 11-8, 1987.

CRULS, G. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

DE AZEVEDO, F. *Brazilian culture*. Nova York: MacMillan Co., 1950.

LIMA, J.D.F. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

POMBO, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, Inc., 1942.

ROSA, J.E. & MADEIRA, A.A. Instituto Polytechnico – primeira instituição de ensino superior no Estado de Santa Catarina. *Revista Catarinense de Odontologia*, 5(1): 30-40, 1978.

SANTOS FILHO, L. de C. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.

STEPAN, N. *Beginning of Brazilian science*. Nova York: Science History Publications, 1981.

TELLES, P.C. da S. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.

VARGAS, M. A tecnologia no Brasil. In: M.G. Ferri & S. Motoyama (Coords.). *História das ciências no Brasil* (Volume I, pp. 331-73). São Paulo: EPU e EDUSP, 1979.

Como ocorreu a entrevista?

A entrevista envolveu cinco encontros de mais ou menos duas horas de duração, cada um. Os relatos verbais foram ordenados por Arno Blass e o Editor de RCH; detalhes documentais (e.g., portarias, leis e datas em que os episódios ocorreram) foram inseridos posteriormente. A Profa. Helena Amélia Oehler Stemmer, esposa do depoente, deu alguma contribuição e esteve presente em todos os encontros. Ela é co-autora do livro “Engenharia Civil 25 anos” (1995) e foi a primeira mulher a integrar o corpo docente do Centro Tecnológico; ela se aposentou como Professora-Titular do Departamento de Engenharia Civil e a sua atuação inspirou estudos sobre feminismo e preconceitos contra a mulher na academia.

O Prof. Blass desempenhou importante papel para o sucesso desse empreendimento, pois foi ele quem guiou os primeiros contatos com Stemmer – os dois são amigos de longa data – e iluminou pontos obscuros de seu depoimento; ele concluiu o doutoramento (1976) no Imperial College of Science and Technology, Inglaterra, e é membro da Academia Nacional de Engenharia. Blass se aposentou como Professor-Titular do Departamento de Engenharia Mecânica e foi membro do Conselho Editorial da Editora da UFSC. Ele é autor do livro “Processamento de polímeros” (1985), participa ativamente de sociedades profissionais e agora trilha os caminhos da literatura.

Os três personagens têm muitas histórias para contar, pois foram pioneiros na instalação da UFSC e contribuíram para a grandeza e fama do Centro Tecnológico. Algumas imagens que ilustram essa matéria fazem parte do acervo fotográfico da Agência de Comunicações (Agecom); elas foram localizadas com a inestimável ajuda dos jornalistas Ledair Teresinha Petri e Vincenzo Berti.

As entrevistas foram realizadas na residência do casal Stemmer, situada numa magnífica colina no bairro Pantanal. A região é densamente povoada e exibe uma grande movimentação de veículos, mas o espaçoso terreno foi transformado num pequeno bosque, pois lá são cultivadas plantas ornamentais e árvores frutíferas oriundas de várias regiões do país. Pássaros e “visitantes” variados freqüentam o local, proporcionando um espetáculo aos apreciadores da natureza. Certa ocasião os entrevistadores tiveram que interromper os trabalhos diante dos assovios insistentes de um grupo de sagüis (*Callithrix penicillata*). Quem conhece o corre-corre da região fica espantado ao saber da existência de uma ampla área com essas peculiaridades.

Foi nesse cenário que o Prof. Stemmer acolheu generosamente os entrevistadores e resolveu presentear os leitores da Revista de Ciências Humanas com relatos interessantes sobre a história da nossa instituição.



Figura 3

Octavio Cantanhede passa às mãos de Stemmer o prêmio “Mestre Emérito”, durante a solenidade comemorativa dos 200 anos de ensino regular de engenharia (Agosto de 1993).

O depoimento

Revista de Ciências Humanas – Como foi a sua juventude? Por favor, descreva os aspectos familiares mais importantes.

Stemmer – Eu nasci em 1930, natural de Novo Hamburgo, cidade do Rio Grande do Sul. Meu pai era alemão e representava uma firma alemã, o que permitia a importação de máquinas e equipamentos industriais. Com a eclosão da II Guerra Mundial (1939-45), o comércio entre Brasil e Alemanha foi interrompido e meu pai teve problemas com a reposição de peças. Um incêndio ocorreu num curtume, danificando seriamente uma máquina que era utilizada para medir a superfície dos couros; esse tipo de material é difícil de ser medido, devido ao tamanho irregular e os espaços vazios.

As peças de alumínio fundiram com o calor do incêndio e a máquina acabou sendo vendida como ferro-velho. Meu pai e eu despendemos muito tempo tentando recuperá-la. Nós lixamos cuidadosamente para remover a ferrugem e tivemos que confeccionar artesanalmente algumas peças. Eu participei intensamente dessa tarefa, de modo que o meu interesse pela mecânica surgiu muito cedo, graças a esse tipo de experiência.

RCH – ... E a mudança para Porto Alegre? Como foi a experiência do primeiro emprego?

Stemmer – A minha infância e uma boa parte da meninice eu despendi em Novo Hamburgo, mas a cidade era pequena e, na época, não tinha escolas de 2º Grau (o antigo “Científico”), de modo que eu tive que me mudar para Porto Alegre, onde dei prosseguimento aos meus estudos no Colégio Julio de Castilho (o “Julinho”). Eu tinha mais ou menos 15 anos e, acompanhado de meu pai, eu fui apresentado a Max Ertel, diretor comercial da empresa Bromberg. Meu pai e Ertel eram amigos, pois meu pai comprava motores da empresa e ambos eram alemães; meu pai indagou ao amigo sobre a possibilidade de emprego para mim, sendo bem sucedido. A empresa Bromberg vendia peças para diversos tipos de máquinas (e.g., pequenas hidrelétricas, frigoríficos e serrarias). Os clientes surgiam com problemas variados e os funcionários tinham que atendê-los adequadamente, caso contrário os negócios não prosperavam. Eu trabalhava meio expediente e fui contratado como aprendiz de eletricitista – no final, eu saí da empresa com o cargo de chefe do Departamento de Engenharia. Certa ocasião, ainda como aprendiz, um dos funcionários foi convocado para prestar serviço militar e eu acabei o substituindo; ele cuidava da correspondência da empresa e era um datilógrafo competente. Inicialmente, eu “catava milho”, mas logo adquiri rapidez na redação das cartas. Toda a correspondência era “batida à máquina” e nós não tínhamos tempo para fazer algum rascunho, pois o número de cartas era grande e tínhamos que agir rápido no envio da correspondência. Atualmente, os jovens sequer sabem da existência da expressão “bater à máquina”.

RCH – Como era o dia-a-dia na cidade grande? Parece que os tempos foram difíceis...

Stemmer – Eu morava numa pensão, cuja proprietária era uma *alemoa* ranzinza. Quando eu a procurei, ela não tinha nenhum quarto disponível,

mas me ofereceu um quartinho no sótão. Era bem mais barato, mas eu gastava quase todo o meu salário no pagamento do aluguel: eu recebia algo em torno de Cr\$ 200 e pagava Cr\$ 180 à *alemoa*. O que sobrava de meu salário eu usava para me alimentar, comprar roupas e pagar as passagens de ônibus para visitar mamãe. Entretanto, a experiência na Bromberg foi muito importante para a minha formação. O diretor Max Ertel era natural de Hamburgo, cidade da Alemanha. Ele tinha uma conduta exemplar, pois tratava muito bem seus funcionários; eu sempre fui apoiado em minhas iniciativas. Desafortunadamente, o amigo de meu pai morre repentinamente num acidente automobilístico.

RCH – E a formação acadêmica?

Stemmer – Eu me formei em Engenharia Mecânica, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1953). Eu senti muita frustração no curso, pois eu tive muito conteúdo de Engenharia Civil (brita, concreto...) e pouca máquina. Eu fiquei muito desiludido com o curso. Em busca de mais conhecimentos, eu pleiteei uma bolsa de estudos para realizar um curso de especialização na Technische Hochschule Aachen (1957-58). O Rotary Club concedia as bolsas, mas elas iam preferencialmente para candidatos solteiros (eu era casado com Helena); eu aleguei que a aprovação da bolsa iria beneficiar duas pessoas, pois eu iria levar Helena e nós dois iríamos aproveitar a oportunidade para ampliar nossos conhecimentos. O Rotary Club foi criado em 1905 e tinha como objetivo implementar o intercâmbio entre as nações, através do envio de jovens promissores a diferentes países. A idéia básica era que os preconceitos e incompreensões mútuas entre os povos seriam eliminados com a convivência dos jovens de diferentes nacionalidades. A minha fluência em alemão também foi um fator que contribuiu para a concessão da bolsa. Aachen era um importante centro de pesquisa; a cidade fora construída pelos antigos romanos e é conhecida por suas fontes de águas termais. O curso de Engenharia Mecânica de Aachen tinha cerca de 120 cadeiras optativas nessa especialidade, de modo que eu fiquei encantado com a experiência. Os alunos passavam por uma fase preliminar, conhecida como “namoro”: no início, os professores explicavam os objetivos das disciplinas, discorriam sobre os temas e indicavam os livros que deveriam ser lidos. Eu escolhi as disciplinas que eu julgava mais interessante e outras, eu buscava o conhecimento nos livros.

RCH – Como foi o retorno ao Brasil?

Stemmer – Em retornei no início de 1959 e logo fui convidado para atuar como professor assistente na UFRGS. Estava sendo criada a disciplina “Construção de Máquinas” e um professor francês fora convidado para ministrá-la. Na última hora, o referido professor “roeu a corda” e não cumpriu o compromisso. A instituição já havia feito as matrículas dos alunos e a coordenadoria simplesmente não sabia como resolver o problema. O prof. Rubens Penha Rodrigues, coordenador do curso, procurou-me e disse: “Você tem uma proposta para a disciplina?” Eu aleguei que tinha compromisso com uma empresa e que, caso eu fosse indicado, necessitaria de tempo integral para me preparar para ministrar a referida disciplina. Penha e os demais professores aceitaram a minha imposição, pois não tinham alternativas. Desse modo, eu fui um dos primeiros profissionais a ser contratado em regime de tempo integral na Escola de Engenharia.

RCH – Como era o curso de Engenharia Mecânica da UFRGS? A estrutura curricular era compatível com o funcionamento da Escola Técnica de Aachen?

Stemmer – O curso era bastante fraco e nada mudara desde a minha graduação. Eu elaborei uma proposta de mudança curricular e mostrei ao prof. Penha, mas ela resultou numa briga enorme no departamento; a proposta foi completamente rejeitada. A estrutura curricular era insatisfatória, pois não contemplava uma linha básica de formação e pouco tinha de Engenharia Mecânica. Eu fiquei impressionado com a qualidade do ensino na Escola Técnica de Aachen, principalmente no que diz respeito ao envolvimento dos alunos em pesquisa e atividades práticas. Eu tentei transportar as idéias para o nosso curso, mas, infelizmente, os antigos professores não estavam interessados em mudanças.

RCH – Como surgiu a idéia de implantar um curso de Engenharia Mecânica na UFSC?

Stemmer – O prof. João David Ferreira Lima (1910-2001) lutou intensamente para a criação da UFSC, alegando que uma universidade deveria se assentar num tripé: Direito, Medicina e Engenharia. Os dois primeiros já existiam, faltando a implantação de um curso de Engenharia. Durante a administração do Presidente Juscelino Kubitschek (1902-76), o Brasil estava envolvido num processo de industrialização e, portanto, faltava um curso na UFSC que pudesse dar o suporte necessário ao programa vislumbrado por JK.

Ferreira Lima levou esse argumento ao Prof. Jurandyr Lodi, seu amigo e então Diretor de Ensino Superior do MEC, o qual acabou concordando com idéia, desde que o referido curso não fosse o de Engenharia Civil, pois já existiam muitos cursos dessa natureza no país. Lodi argumentou que faltavam cursos que contemplassem as áreas de metalurgia, química e mecânica (Engenharia Industrial). Estudos posteriores indicaram que havia maior necessidade de especialistas em mecânica, pois mercado de trabalho para as outras duas especializações era bem menor. Uma vez aprovada a proposta, alguns professores da UFRGS foram convocados para implantar o curso na UFSC. A coordenação desse grupo ficou sob responsabilidade do prof. Ernesto Bruno Cossi, um profissional conhecido por sua inteligência e notável competência em matemática – ele foi classificado em primeiro lugar no vestibular de 1949 (nota 9,32), eu fui o segundo (nota 9,29). O prof. Cossi aproveitou os engenheiros locais que tinham formação em física e matemática, mas o curso de Engenharia Mecânica foi basicamente implantado a partir da contribuição dos professores oriundos do Rio Grande do Sul.

RCH – O Centro Tecnológico (CTC) e o Departamento de Engenharia Mecânica são unidades que usufruem largo prestígio nacional. Como essas unidades foram criadas? Qual foi a sua participação?

Stemmer – Como eu lhe disse anteriormente, o curso de Engenharia Mecânica da UFRGS estava bastante desatualizado. Os professores usavam as mesmas apostilas por vários anos e não queriam saber de reformulação. Todos eles boicotaram a minha proposta de mudança curricular. Ao se deparar com a proposta de implantação de um curso dessa natureza na UFSC, Cossi veio com uma pergunta: “Stemmer, a sua proposta curricular serve para Santa Catarina?”. Sim, foi o que eu disse. Diante disso, eu fui convidado a levar adiante o plano de implantação de um currículo para o curso de Engenharia Mecânica da UFSC. Eu retirei algumas disciplinas acessórias e levei a proposta curricular para a apreciação do prof. Luiz Leseigneur de Faria, diretor da Escola de Engenharia da UFRGS e elemento fundamental para o sucesso do convênio com a UFSC. A proposta era exequível e fora bastante “enxugada”. Leseigneur era professor de Geometria Projetiva, disciplina que eu havia retirado da proposta; ele insistiu na manutenção da disciplina e eu acatei a sua opinião. Feito isso, nós já dispúnhamos de uma estrutura curricular para o curso que iria ser implantado. Ato contínuo, eu convidei os melhores alunos da UFRGS para auxiliarem na implantação do curso de Engenharia Mecânica da UFSC.

RCH – Esses primeiros professores eram conhecidos como os “meninos do Stemmer” ou “grupo dos gaúchos”. Descreva a ecologia desse ambiente.

Stemmer – Eu convidei jovens brilhantes e promissores para se engajarem no projeto. Os antigos se queixavam de que eles eram melhor remunerados que os catarinenses, mas eles vinham de outro estado e tinham que se dedicar de corpo e alma ao projeto. Naquele tempo não havia o regime de dedicação exclusiva, mas tínhamos que compensar de algum modo os esforços daqueles jovens. Os mais novos eram favoráveis à dedicação integral, mas os antigos eram desfavoráveis, pois muitos eram casados e tinham vínculos com outros empregos. Eu lutei para que os professores fossem contratados em tempo integral, pois a proposta de implantação do curso era nova e incerta e os “gaúchos” tinham que ter alguma segurança para se envolverem com o projeto. A Congregação resistiu muito aos meus apelos; os professores locais não concordavam com as idéias de um diretor gaúcho: “se eu dissesse A, eles diziam B”. Aqueles que se opunham ao projeto designavam os professores da UFRGS como o “grupo dos gaúchos”, indicando que eles julgavam depreciativo do caráter o fato da pessoa ter nascido no Rio Grande do Sul. O curso era uma novidade e faltavam especialistas em Santa Catarina, de modo que eu não tive outra opção, senão recorrer aos alunos mais brilhantes da minha antiga instituição. O preconceito desapareceu ou foi bastante minimizado com o tempo e, interessantemente, hoje sou conhecido em muitas partes do Brasil como “professor catarinense”. Isso me traz muita satisfação.

RCH – O sistema de contratação dos professores gaúchos teve efeitos positivos para a criação do sistema de dedicação exclusiva?

Stemmer – O antigo regime de contratação não contemplava a dedicação integral à instituição, em Santa Catarina e demais estados. A sala dos professores era enorme, contendo apenas uma garrafa térmica e uma bombona com água gelada. Os professores iam lá nos intervalos das aulas, mas não dispunham de um espaço individual para a guarda dos livros e demais pertences. O máximo de que eles dispunham era de um local para “bater papo” e tomar cafezinho. A minha proposta de contratação de professores envolvia dedicação integral, mas ela foi aprovada na Congregação com muita dificuldade. Posteriormente, ela foi encaminhada ao Ministério da Educação e isso acabou contaminando positivamente os espíritos universitários.

O sistema de tempo integral veio no bojo da Reforma Universitária (1970). Durante o período em que fui reitor (1976-80), os novos prédios eram construídos já com salas individuais para os professores. Todos hoje consideram isso trivial, mas a reformulação da plantas arquitetônicas foi resultante de uma longa e antiga batalha para beneficiar os professores que se dedicavam integralmente ao ensino e à pesquisa.

RCH – Houve alguma resistência na implantação do sistema de dedicação?

Stemmer – A contratação de professores em regime de dedicação integral foi uma conquista importante; hoje, os benefícios são bem conhecidos, mas nós encontramos algumas dificuldades para a implantação desse sistema. O tempo parcial não permitia o envolvimento dos professores em projetos de pesquisa e tampouco eles eram motivados ou encontravam tempo para efetuarem atualizações nos planos de ensino – muitos utilizavam apostilas completamente desatualizadas. Entretanto, a implantação do sistema de tempo integral não foi algo simples, pois, além de melhores salários, a UFSC deveria oferecer instalações adequadas (salas individuais e laboratórios) e alguns professores do Centro de Educação manifestaram-se contrários à proposta. Eles atuavam em tempo parcial na UFSC e eram professores contratados pelo governo estadual. Uma vez que a soma dos dois rendimentos ultrapassava o montante que eles iriam receber com a dedicação exclusiva na UFSC, eles não simpatizaram nem um pouco com a proposta. Todos os obstáculos foram vencidos e o sistema de dedicação exclusiva foi gradativamente implantado. Os benefícios institucionais são enormes e, atualmente, praticamente todos os professores são contratados nesse regime.

RCH – Como foi a convivência com Ferreira Lima?

Stemmer – Ferreira era um reitor muito dinâmico e excelente administrador. Ele me apoiou integralmente em todas as circunstâncias que eu necessitei. Eu me lembro de uma ocasião, quando eu estava elaborando um projeto para obtenção de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), proposta que envolvia um montante superior ao orçamento anual de todas as faculdades (cerca de Cr\$ 1 milhão), devendo ser aprovada nas reuniões do Conselho Universitário. Eu mostrei a proposta final a Ferreira Lima e ele me parabenizou, dizendo que eu poderia assinar os documentos e dar os devidos encaminhamentos.

Meio sem jeito, eu lhe disse que a proposta deveria ser aprovada pelo Conselho Universitário, mas ele ignorou meus argumentos e assinou *ad referendum* os documentos, alegando que ninguém seria capaz de negar a sua aprovação – “Afinal quem seria contra o recebimento de dinheiro?”, disse ele. O chefe de gabinete foi acionado e recebeu a orientação: “Faça uma procuração para o prof. Stemmer, de acordo com suas necessidades”. Atualmente, um projeto dessa natureza necessita ser aprovado no departamento, depois vai para o conselho de centro e depois de muito tempo chega às mãos do Reitor. O processo levaria no mínimo 6 meses para ser aprovado em todas as instâncias, mas Ferreira Lima deu despacho favorável em 20 minutos. Foi graças a esse tipo de pessoa que a UFSC ganhou projeção nacional.

Comentário de Arno Blass: “Ferreira Lima adotava um jeito bastante peculiar de administrar a UFSC; ele era um verdadeiro diplomata. Quando eu estava na Inglaterra, realizando o meu doutoramento no Imperial College, eu tive oportunidade de ser visitado por ele e sua esposa. Eu fiquei espantado com a surpresa, mais ainda com o seu pedido para que almoçássemos juntos. Esse era o nosso reitor Ferreira Lima.”

RCH – Descreva um pouco os anos iniciais de seu mandato à frente da reitoria.

Stemmer – Eu enfrentei sérios problemas relacionados à aplicação dos recursos, pois estes eram escassos e a inflação depreciava os valores da noite para o dia; a estrutura administrativa era ineficiente, pois ela não era informatizada. No início de meu mandato havia um clima favorável a um reitor que “tomasse decisões”, o que facilitou muito a minha administração. Eu sempre tomei decisões em favor da nossa instituição, mas, ao final de minha gestão, o clima mudou. Os clamantes agora queriam outra coisa: “nós não queremos apenas um reitor que decida, mas queremos participar dessas decisões”. Foi nesse contexto que a UFSC passou pelo processo de “democratização”.

RCH – Quais foram os problemas enfrentados durante seu mandato como diretor do Centro Tecnológico?

Stemmer – Um dos mais graves foi a abertura de um inquérito no 5º Distrito Naval da Marinha, ocasionado por denúncias anônimas. Durante a minha administração eu tive alguns desentendimentos com os professores de tempo parcial, principalmente no que diz respeito à elaboração das grades horárias.

Estes professores tinham outros empregos fora da UFSC e as dificuldades com os horários causavam problemas aos alunos, pois existiam muitas “brechas” nas grades. Eu tive que corrigir o problema, o que causou muitas insatisfações. Neste estado de coisas, eu fui denunciado ao 5º Distrito Naval, acusado de “irregularidades financeiras, fraude em concurso, etc.” (sic). Em seguida, eu fui convocado pelo comandante da unidade, o qual solicitou que eu respondesse a um questionário, alegando que tal procedimento facilitaria o julgamento. O inquérito investigativo foi conduzido pela Subcomissão Geral de Investigações de Santa Catarina (SubCGI/SC), composta pelo próprio comandante e por mais dois advogados, um deles sendo o Sr. João Momm. Eu fiquei muito preocupado com os possíveis desdobramentos do inquérito, pois a denúncia era uma aberração jurídica. Eu sabia que uma regra básica do direito é que todas as denúncias devem ser documentadas e específicas, não genéricas e evasivas. Como é possível montar uma defesa quando esta regra não é respeitada?

RCH – De acordo com o seu entendimento, quais foram os motivos que levaram à acusação de “fraude em concurso”?

Stemmer – Num determinado momento de minha administração, apareceu um militar dizendo ser formado no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), talvez a mais conceituada escola de engenharia na época, e que dizia estar à disposição da UFSC para ministrar aulas. Eu lhe informei que a entrada de professores sempre ocorria através de provas de seleção e que o informaria no momento em que fosse aberta uma vaga. Quando isso ocorreu, eu o notifiquei e ele se inscreveu. No transcorrer dos trabalhos, o presidente da comissão examinadora me procurou preocupado, pois havia candidatos mais qualificados. O referido militar também alegara que se formara no ITA, mas, na verdade, obtivera o diploma numa faculdade menos conceituada. Divulgados os resultados, este cidadão disse publicamente, em voz elevada, que havia sofrido uma injustiça e que se formara no ITA, não numa faculdade qualquer. O Sr. João Momm anotou o episódio como prova de “fraude em concurso”. Um processo administrativo foi aberto na UFSC, mas o reitor Ferreira Lima, pessoa que agia com bastante moderação, estava na Europa. Eu fui convocado ao gabinete do prof. Roberto Mündell de Lacerda, vice-reitor, o qual me informou que eu sofreria uma suspensão sigilosa (Portaria número 1). Eu indaguei a mim mesmo sobre a validade de uma suspensão sigilosa,

pois eu era o diretor da unidade e as pessoas recorriam a mim em busca de solução para problemas variados. Caso um aluno necessitasse de um atestado de matrícula, o que eu alegaria para não atendê-lo?

RCH – E o resultado final de todo o imbróglio?

Stemmer – Eu respondi ao questionário solicitado pelo almirante do 5º Distrito Naval, que chegou a dizer que mandara investigar-me e que, basicamente, eu não aparentava sinais exteriores de riqueza: eu tinha apenas o meu “fusquinha” e minha casa, vivia modestamente com o meu salário e não tinha amantes... O almirante disse ainda que iria verificar se o que eu relatara era verdadeiro; caso positivo, eu não teria nenhum problema. Entretanto, o referido almirante foi logo para a reserva e o inquérito foi assumido integralmente pelo Sr. João Momm. Um novo almirante é designado para conduzir o inquérito investigativo e Ferreira Lima recomendou que eu fosse diretamente a sua residência para explicar pessoalmente os problemas que estava enfrentando, principalmente no que diz respeito às acusações de corrupção. Eu atendi à recomendação, mas o almirante se recusou a me atender em sua residência, alegando que só tratava desses problemas em seu gabinete. Disse que eu deveria procurá-lo em seu local de trabalho. Acompanhado de Arno Blass (um dos que conduziram a coleta do presente depoimento), eu fui no dia seguinte ao seu gabinete, mas o almirante se mostrou extremamente agressivo e, em razão de minha tensão nervosa, eu acabei chorando na sua frente. Ele amenizou o tom de voz, mas me disse que eu havia roubado recursos da UFSC. Eu solicitei que fosse mais específico e ele citou a emissão de três cheques, sacados diretamente no guichê do banco. Eu me lembrei dos valores mencionados e fui diretamente ao banco, solicitando ao gerente os comprovantes de que tais recursos foram utilizados para pagamentos de despesas da nossa universidade. Eu consegui as notas fiscais referentes aos valores e comprovei que os saques foram integralmente utilizados para pagar os equipamentos adquiridos pela UFSC. A inflação corroía vorazmente os recursos, pois em certa época ela beirava os 80% ao mês; os recursos tinham que ser aplicados imediatamente, pois o preço dos equipamentos e do material de consumo aumentava da noite para o dia. Alguns meses depois, o 5º Distrito Naval enviou uma carta notificando o arquivamento do processo.

Comentário explicativo: Antes da informatização, os serviços bancários eram mais complexos do que hoje. No caso dos pagamentos acima, o prof. Stemmer havia solicitado que o banco emitisse um cheque administrativo, pagável na praça de São Paulo, em nome da empresa que fornecera os equipamentos. No balcão, emitiu um cheque da conta que movimentava, ao portador, entregando-o ao caixa para pagamento do cheque administrativo. A acusação detectou o cheque ao portador, mas não atentou para o cheque administrativo.

RCH – Apesar de todas as dificuldades com os militares, a UFSC chegou a compartilhar a Chácara do Molenda com o Comando do 14º Batalhão do Exército. Como surgiu esse compartilhamento e como era o relacionamento entre os funcionários e militares?

Stemmer – Inicialmente, a Chácara do Molenda foi o local onde foi instalada a Reitoria e principais órgãos administrativos. Com a transferência da UFSC para o campus universitário da Trindade, lá permaneceu funcionando a Imprensa Universitária. Após a administração de Ferreira Lima, o reitor Roberto Lacerda permitiu o compartilhamento do local com unidades militares do Exército. Os funcionários da UFSC passaram a conviver com novos procedimentos de entrada e saída, dando surgimento a vários problemas. Eu me lembro de um episódio ilustrativo, ocorrido com o chefe da Imprensa Universitária, um rapaz nervoso e de índole exaltada. Ao sair com seu carro numa velocidade acima da estipulada, ele foi parado pelas sentinelas, com armas apontadas em direção a sua cabeça. O rapaz ficou bastante nervoso e disse algo como “tira essa merda daí”. No dia seguinte, o comandante da unidade me chamou e disse que o tal funcionário não poderia entrar mais na Chácara do Molenda, pois havia cometido um claro desrespeito aos procedimentos de segurança. Os militares tinham enorme interesse pelas instalações e tentaram a transferência da posse para o Exército. Diante de tais pressões, o reitor Roberto Lacerda propôs a doação do local, mas o Conselho Universitário não aprovou a proposta; diante da recusa, Lacerda procede de modo inusitado: “veta a negativa”. Entretanto, a transferência da Chácara do Molenda para as mãos do Exército somente ocorreu em 1979, durante o período em que eu estive à frente da reitoria. Muitas universidades federais eram novas, não dispunham de campi e suas unidades eram espalhadas.

Para impedir a transferência gratuita de seus terrenos e prédios, no momento em que fossem aglutinadas em seus próprios campi, o Ministério da Educação se antecipou e elaborou uma norma, posteriormente transformada em decreto, impedindo tal prática. Eu mostrei o decreto ao comandante da unidade, dizendo que ele teria três alternativas: devolver à UFSC, alugar ou comprar a Chácara do Molenda. O general foi sensível aos argumentos e escolheu a terceira opção.

RCH – Como foi realizado o negócio? Ele foi vantajoso para a UFSC?

Stemmer – O campus universitário era um verdadeiro “tabuleiro de xadrez”, de modo que as unidades se espalhavam pelo centro da cidade e no bairro da Trindade. Os militares optaram pela compra da Chácara do Molenda, o que foi vantajoso para a UFSC. Eles solicitaram uma avaliação do valor do imóvel por parte de três imobiliárias da capital, fizeram uma proposta baseada nesta avaliação e se dispuseram a pagar à vista. Eu aceitei sem discutir, pois a inflação corroia os valores rapidamente e eu não queria mais problemas com os militares. Submeti a proposta ao Conselho Universitário, que a aprovou. O montante foi em parte utilizado nas indenizações aos proprietários de terrenos encravados no campus, permitindo o aumento e uma harmonia na superfície do campus universitário e uma simplificação de seu contorno; isso facilitou bastante o controle de invasões. Uma outra parte dos recursos foi aplicada na construção do prédio da Imprensa Universitária e na implantação do curso de Jornalismo. Finalmente, parte desses recursos foi usada para finalizar as obras que se encontravam em andamento, como a do Centro de Convivência. Os militares não gostaram da proposta de criação de um curso de Jornalismo, alegando que os jornalistas só escreviam matérias desfavoráveis ao regime – o curso de Arquitetura também não era visto com bons olhos, pois os militares entendiam que o departamento era igualmente povoado por esquerdistas ou comunistas. Para levar adiante a implantação do curso de Jornalismo, eu entrei em contato com prof. Amadeu Cury (1917-2008), reitor da Universidade de Brasília (1971-76), e solicitei ajuda. Cury acenou positivamente, mas não me aconselhou a implantar o curso – “Eu só teria incomodação”, disse ele. Não obstante isso, alguns professores da UnB foram enviados à UFSC e nós aproveitamos alguns profissionais locais para a instalação do curso de Jornalismo.

CAS

中国科学院

CHINESE ACADEMY OF SCIENCES

Dr. Caspar Stemmer
Executive Secretary
PADCT
Secretariat for Science and Technology
Brazil

Beijing, 8 November 1989

Dear Dr. Stemmer,

First of all I wanted to write especially to express my personal thanks and the thanks from the Chinese Academy of Sciences for your wonderful hospitality and arrangement you made to us during our visit to Brazil leading a delegation from the Academy and the State planning Commission, which made our visit a most successful and enjoyable one.

We were impressed very much by the discussion we had with you and your colleagues, which enabled us to have a further understanding of the experience on implementation of the PADCT. We hope our World Bank project will be successfully operated by sharing the experience from our Brazilian friends, and through this, the bilateral cooperation will be also increased.

Thank you once again for your kindness and we hope to have the opportunity to return it to you when you come to China.

With best regards,

Sincerely yours,

Prof. Sun Honglie

M. 1: 000000

DATA: 00/11/89



Prof. Sun Honglie
Vice President

52 SANLIHE ROAD
100874 BEIJING, CHINA
CABLE ADDRESS: SINCADENY

TELEPHONE: 888831
TELEX 22474 A5CHI CN
TELEFAX: 8811235

Figura 4

Carta enviada pelo Prof. Sun Honglie, Vice-Presidente da Academia Chinesa de Ciências, agradecendo a Stemmer por suas iniciativas na criação de acordos bilaterais de cooperação técnica e científica (8 de Novembro de 1989).

RCH – Em comparação com os estágios iniciais de vida, a UFSC se agigantou, ganhou mais alunos e professores e assumiu papel de destaque no cenário nacional. Os dirigentes atuais se queixam do excesso da burocracia e da crônica falta de recursos orçamentários. Como podemos contornar os problemas?

Stemmer – A UFSC cresceu enormemente, em números e em qualidade. Ela avançou muito, se compararmos o cenário atual com o que ela era antes da Reforma Universitária (1970). Nessa época, não havia entrosamento entre os professores, muitos tinham apenas o título de especialistas e eram contratados em tempo parcial; os antigos constituíam a maior parte da congregação e eram freqüentes os conflitos com os mais novos. Os professores antigos usavam apostilas há muito ultrapassadas e não tinham interesse em mudar coisa alguma. Com a implantação da reforma, a composição da congregação se tornou mais homogênea e os departamentos puderam construir uma estrutura curricular mais de acordo com suas necessidades – um professor de matemática, por exemplo, ministrava a mesma disciplina para diferentes cursos, mas a reforma permitiu que ela fosse elaborada exclusivamente para determinado curso, como o curso de engenharia. Além disso, os novos professores já exibiam melhor qualificação acadêmica (doutoramento) e eram contratados em regime de dedicação exclusiva. A UFSC estimulou esses jovens a se envolverem em projetos de pesquisas, visando a obtenção de recursos orçamentários junto às agências de fomento (CNPq e CAPES), o que contribuiu muito para o enriquecimento científico da nossa instituição. De modo geral, a evolução atingiu níveis estratosféricos.

RCH – ... E a falta de recursos orçamentários?

Stemmer – Eu entendo que o problema reflete mais a falta de visão em explorar melhor as oportunidades, que a inexistência de recursos orçamentários. Nossas necessidades são imensas, de modo que sempre seremos perseguidos por problemas dessa natureza. Essas fontes de recursos devem ser localizadas e cabe a nós a elaboração de um plano sério de investimentos, apontando áreas prioritárias, não marginais. Em contrapartida, as universidades devem formar especialistas e lideranças intelectuais para enfrentar os desafios da vida moderna. Nesse aspecto, o projeto do Departamento de Engenharia Mecânica é de, nos próximos dez anos, triplicar o número de vagas no curso de graduação.

RCH – As autoridades sempre enfatizam o aspecto quantitativo quando falam sobre ensino (e.g., ampliação do número de vagas e de formandos), mas usualmente a qualidade é um fator negligenciado. Dê a sua opinião sobre esse assunto.

Stemmer – As universidades devem preservar a qualidade do ensino, pois são elas que formam a elite intelectual do país. Um problema grave que terá implicações negativas é o sistema de cotas, implantado recentemente em muitas universidades. Eu penso que o número de estudantes negros deve ser ampliado, mas eles devem entrar nas universidades trilhando um outro caminho: freqüentando escolas públicas de melhor qualidade; os alunos mais capazes também devem ser premiados com bolsas de estudos. O sistema de cotas irá aumentar ainda mais a discriminação, pois o aluno negro, por mais capaz que seja, será visto como alguém que entrou na universidade graças à política do governo, não por sua capacidade intelectual. Por seu turno, as universidades irão se deparar com um dilema: manter o nível de excelência e reprovar àqueles que não conseguem acompanhar as disciplinas ou baixar a qualidade do ensino, de modo a permitir que todos sejam aprovados. Como podemos ver, a implantação do sistema de cotas terá sérias implicações para a qualidade do ensino.

RCH – Sua administração ficou conhecida por ter ampliado o número de cursos de graduação e criação de unidades importantes, como o Hospital Universitário. Como isso ocorreu?

Stemmer – Houve sérias dificuldades para a criação do Hospital Universitário. Muitas universidades construam as estruturas básicas dos hospitais, mas na última hora faltavam os recursos e lá ficavam os esqueletos se deteriorando com o tempo. A mesma coisa acontecia com o nosso hospital. O governo federal não estimulava a construção, mas a infra-estrutura do HU havia sido construída ainda na gestão do prof. Ferreira Lima. Nós dispúnhamos de cerca de Cr\$ 160 milhões para finalizar as obras, mas devíamos agir rápido para fugir dos terríveis efeitos da inflação 80% ao mês, não anual! A infra-estrutura estava toda trincada, pois os cálculos iniciais resultaram no uso de concreto de baixa resistência. Para tentar resolver o problema, eu convoquei alguns amigos especialistas e solicitei novos cálculos; eles atenderam prontamente ao meu pedido, mas informaram que necessitariam de mais ou menos seis meses para realizarem os cálculos. Isso trouxe um grande problema, pois o dinheiro que dispúnhamos iria desaparecer em pouco tempo, em razão dos aumentos inflacionários.

Desse modo, nós decidimos comprar todo o material não perecível, como azulejos, vasos sanitários, pias e janelas; tal procedimento também envolvia algum risco, pois nós poderíamos comprar material além do necessário ou fora das dimensões do prédio. A compra antecipada foi uma boa estratégia para a preservação das verbas, mas ao final elas não foram suficientes. Eu reuni um grupo de deputados federais e fui falar com Antonio Delfim Netto, o Ministro da Fazenda da época. Ele me notificou que o interesse do governo federal era investir no nordeste, pois a política de combate à pobreza era prioritária e os estados do sul viviam relativamente em boas condições. O Governador Jorge Bornhausen também atuou em favor do HU, de modo que Delfim Netto acabou liberando Cr\$ 20 milhões para as obras. Outro que uniu forças foi João Candido, Secretário Estadual de Saúde. Ele falou diretamente com Jair Soares, Ministro da Previdência Social no governo de João Batista Figueiredo (1979-85) e que se encontrava em campanha para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Soares liberou mais Cr\$ 40 milhões para finalizar as obras do HU, informando que o montante seria uma espécie de antecipação para os serviços que o nosso hospital realizaria para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, órgão que antecedeu ao INAMPS). Nesse cenário, é interessante apontar que os alunos do curso de Medicina realizaram passeatas exigindo a conclusão das obras, pois sabiam que o HU iria melhorar sensivelmente a formação acadêmica do alunado. Todos os esforços surtiram efeitos positivos, de modo que a inauguração do HU ocorreu em Maio de 1980, o último mês de meu mandato à frente da Reitoria.

RCH – A universidade moderna é governada por inovações científicas e tecnológicas, as quais exigem grandes investimentos orçamentários. A nossa instituição e, mais especificamente, o Centro Tecnológico estão atendendo a essas necessidades?

Stemmer – Um dos maiores desafios do ensino universitário é a formação de profissionais qualificados para prevenir os graves efeitos do que poderíamos chamar de “apagão tecnológico”. Nós devemos formar lideranças intelectuais no campo das ciências, tecnologia e da vida empresarial, sempre tendo em mente os desafios do mundo moderno. Como eu disse anteriormente, o Centro Tecnológico tem uma postura diferente em relação às greves na universidade e o nosso objetivo é sempre “caminhar para frente”.

De modo geral, eu sou otimista em relação ao nosso futuro e temos adotado certos procedimentos que visam oferecer à sociedade os melhores profissionais. A preservação da qualidade acadêmica tem sido nossa preocupação constante. O estado de Santa Catarina se encontra numa posição privilegiada no que diz respeito à atração de novos empreendimentos empresariais. Com efeito, basta uma olhada nas notícias veiculadas pelos jornais dos últimos meses para atestar a validade da afirmação: o Governo do Estado aposta na escolha de Santa Catarina para a instalação de uma siderúrgica do grupo Gerdau; o grupo Berneck se mobiliza para iniciar as obras de uma fábrica de madeira aglomerada em Curitibanos; a carioca Setal negocia a construção de um estaleiro; a Ambev e a Ciser Metalúrgica falam em ampliar suas instalações em Lages e Joinville, respectivamente; a italiana Pezzaioli inicia a construção de uma fábrica de carrocerias em Xanxerê. Até uma fábrica italiana de sorvetes cogita de se estabelecer no nosso estado. Além dessas notícias auspiciosas, também é interessante apontar os avanços nas discussões para implantação de uma fábrica de semicondutores e a construção do prometido metrô de superfície, o qual ligará alguns bairros do continente à UFSC. O sucesso desses empreendimentos resultará no aumento da circulação de recursos em nosso estado.

RCH – E qual o papel da UFSC neste cenário?

Stemmer – Eu acho que a UFSC deve estar capacitada a oferecer os profissionais qualificados para suprir as necessidades de tais empreendimentos. Muitos se queixam da falta de recursos orçamentários, mas, se nos descuidarmos, o que faltará será mão-de-obra qualificada. Eu acho conveniente apontar que ao longo do tempo o Centro Tecnológico tem adotado uma postura diferenciada em relação ao ensino de pós-graduação e contínua busca pela excelência acadêmica, coisas que acabaram influenciando positivamente os demais centros e departamentos da universidade. O Departamento de Engenharia Mecânica já está tomando providências radicais para enfrentar os desafios dos novos tempos. O momento atual é favorável, pois nós contamos com vários ex-alunos que ocupam posição de destaque na sociedade catarinense. Como exemplo, eu menciono Alcântaro Correa, presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, e outros que dirigem empresas importantes. Fazem parte desse grupo Décio Silva (diretor executivo do Grupo Weg até 2007, atualmente membro do Conselho de Administração),

Moacir Sens (diretor superintendente da Weg Motores) e Ernesto Heinzmann (diretor-presidente da Embraco S.A., empresa que detém 48% do mercado de compressores dos EUA e tem fábricas espalhadas pela China e Europa). Nós estamos formando líderes que atuam em diversos setores da sociedade catarinense e, nesse sentido, eu não poderia deixar de mencionar o nome do prof. Álvaro Toubes Prata. Empossado recentemente como reitor da UFSC, Prata foi ex-aluno do curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e hoje enriquece o corpo docente do nosso departamento.



Figura 5

Uma imagem de grande significado histórico: sete ex-reitores da UFSC. Da esquerda para a direita, Bruno Rodolfo Schlemper Jr. (1988-92), Stemmer (1976-80), Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (1984-88 e 1996-2004), João David Ferreira Lima (1961-72, fundador), Roberto Mündell de Lacerda (1972-76), Antonio Diomario de Queiroz (1992-96) e Ernani Bayer (1980-84).

RCH – Diante das turbulências atuais, qual é a sua percepção acerca do futuro da universidade?

Stemmer – Eu sou otimista, pois eu acho que nós podemos crescer muito mais ainda. Nós devemos motivar os novos professores a se engajarem em projetos de pesquisas, encaminhando suas propostas às agências de fomento. A nossa luta deve ser constante, sempre caminhando para frente. O investimento em pessoas tem um efeito multiplicador, em todos os aspectos. No início de minha gestão à frente da reitoria (1976-80), a UFSC estava em 25º lugar no ranking de captação de recursos junto ao Governo Federal; quando eu saí, ela saltara para o 8º lugar. Os recursos sempre foram bem utilizados e os resultados são visíveis aos olhos atuais. Por outro lado, eu gostaria de ressaltar que o maior patrimônio da UFSC não são os prédios e os equipamentos, mas, sim, as pessoas. São elas que engrandecem a instituição, tornando-a viva e vibrante.